

Escolas sem fiscalização

Conselho estadual é incompetente para punir abusos

Mesmos sem condições de fiscalizar as escolas particulares para evitar aumentos excessivos das mensalidades, os Conselhos Estaduais de Educação continuam responsáveis pela fiscalização e punição dos estabelecimentos de ensino que praticam preços abusivos. Ao admitir ontem que os conselhos estão "desaparelhados tecnicamente" para fiscalizar as escolas, o secretário-geral adjunto do Ministério da Educação, Hélio Mattos, informou que o Conselho Federal de Educação prestará assessoria técnica aos conselhos estaduais para que exerçam a fiscalização, conforme estabelece o decreto 95.720, que instituiu o sistema de liberdade vigiada para o reajuste das mensalidades.

Durante a reunião realizada ontem com Hélio Mattos, os representantes dos conselhos estaduais de Educação deixaram claro que os órgãos não têm condições de analisar as planilhas de custos das escolas. Por se sentir incompetente para tratar da questão, o Conselho de Educação do Paraná deixou de receber as denúncias de aumentos abusivos apresentadas pe-

los pais, e está encaminhando os processos à Sunab e à Comissão de Defesa do Consumidor. Junto com o presidente do Conselho de Educação de São Paulo, João Gualberto, o representante do Paraná, Teófilo Bacha, propôs ao MEC que os órgãos de defesa do consumidor e a Sunab passem a fiscalizar as escolas.

A proposta deverá ser analisada pelo ministério, ao lado de outras, apresentadas por representantes dos donos das escolas e de pais de alunos, entre elas, a revogação do 95.720. Com a reunião de ontem o MEC concluiu as consultas sobre a questão das mensalidades e vai analisar agora as propostas apresentadas junto com o Ministério da Fazenda para decidir sobre a revogação ou não do decreto 95.720.

De acordo com o artigo quinto do decreto que instituiu o sistema de liberdade vigiada, se confirmado o aumento abusivo, os conselhos poderão arbitrar um valor para a mensalidade a ser sobrada pela escola que praticou preços extorsivos.

O secretário-geral adjunto do MEC aconselha os pais a reclamarem também junto às escolas.